REVISTA DA ANPEGE. V. 18. Nº. 36 — ANO 2022 E-ISSN: 1679-768X 25
DOI 10.5418/ra2022.v18i36.16300

A CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA DAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI: TERRITÓRIOS DA DEGRADAÇÃO DO TRABALHO E AS LUTAS DOS(AS) TRABALHADORES(AS) DE FRIGORÍFICOS

LA COYUNTURA POLÍTICA BRASILEÑA DE LAS DOS PRIMERAS DÉCADAS DEL SIGLO XXI: TERRITORIOS DE DEGRADACIÓN DEL TRABAJO Y LAS LUCHAS DE LOS TRABAJADORES DE LOS MATADEROS

THE BRAZILIAN POLITICAL CONJUNCTURE OF THE FIRST TWO DECADES OF THE 21ST CENTURY: TERRITORIES OF WORK DEGRADATION AND THE STRUGGLES OF SLAUGHTERHOUSE WORKERS

Fernando Heck
Instituto Federal de São Paulo (IFSP),
Campus Avançado Tupã
fernanddoheck@hotmail.com

Resumo

As duas primeiras décadas do século XXI no Brasil representaram significativas alterações de conjuntura. Dos governos neodesenvolvimentistas liderados pelo Partido dos Trabalhadores aos governos após o golpe do impeachment, com sua restauração neoliberal ortodoxa e ascensão da extrema-direita neofascista, a situação política foi alterada com impactos para as classes trabalhadoras. No artigo, tematizamos como os(as) trabalhadores(as) de frigoríficos obtiveram importantes conquistas parciais durante os governos neodesenvolvimentistas, a exemplo da Norma Regulamentadora 36 (NR 36). Situação que foi alterada após o golpe, pois as iniciativas visaram desfigurar a NR 36 e sua principal conquista: a instauração de pausas psicofisiológicas, essenciais para manutenção de patamares mínimos de saúde e segurança no trabalho. Conclui-se que a luta pela construção da NR representou a resistência do movimento sindical e popular para minimizar os agravos à saúde do(a) trabalhador nestes territórios da degradação do trabalho e as atuais tentativas de revisá-la vão na contramão dessa perspectiva.

Palavras chave: trabalho, saúde do(a) trabalhador(a), território, frigoríficos, NR-36.

Resumen

Las dos primeras décadas del siglo XXI en Brasil representaron cambios significativos en la coyuntura. Desde los gobiernos neodesarrollistas encabezados por el Partido de los Trabajadores hasta los gobiernos posteriores al golpe de juicio político, con su restauración neoliberal ortodoxa y el ascenso de la extrema derecha neofascista, la situación política ha cambiado con impactos para las clases trabajadoras. En el artículo, discutimos cómo los trabajadores frigoríficos obtuvieron importantes conquistas parciales durante los gobiernos neodesarrollistas, como la Norma Reglamentaria 36 (NR 36). Esta situación cambió después del golpe, ya que las iniciativas apuntaron a desfigurar la NR 36 y su principal logro: el establecimiento de descansos psicofisiológicos, esenciales para mantener niveles mínimos de salud y seguridad en el trabajo. Se concluye que la lucha por la construcción de la NR representó la resistencia del movimiento sindical y popular para minimizar los problemas de salud de los trabajadores en estos territorios de degradación del trabajo y los actuales intentos de revisión van en contra de esa perspectiva.

Palabras clave: trabajo, salud del trabajador, territorio, mataderos, NR-36.

Abstract

The first two decades of the 21st century in Brazil represented significant changes in the political situation. From the neo-developmentalist governments led by the Partido dos Trabalhadores (Workers' Party) to the governments after the impeachment coup, with their orthodox neoliberal restoration and the rise of the neo-fascist extreme right, the political situation has changed with impacts for the working class. In the article, we discuss how meatpacking workers obtained important partial conquests during neodevelopmentalist governments, such as the Regulatory Norm 36 (NR 36). This situation changed after the coup, as initiatives aimed to disfigure NR 36 and its main achievement: the establishment of psychophysiological breaks, essential for maintaining minimum levels of health and safety at work. It is concluded that the struggle for the construction of the NR represented the resistance of the union and popular movement to minimize the health problems of workers in these territories of work degradation and the current attempts to review it go against this perspective.

Keywords: work, worker's health, territory, slaughterhouses, NR-36.

Introdução

A Rede CEGeT de pesquisadores (RCP) tem aprofundado as discussões que envolvem o tema das relações entre processo de trabalho e saúde do(a) trabalhador(a), sobretudo na última década. São vários projetos de ensino, pesquisa e extensão nos quais esse tema tem sido tratado e já há formulações originais e alguns resultados mais sistemáticos. Esse trabalho coletivo tem sido edificado em diálogo com o campo da saúde do(a) trabalhador(a) por este se propor a superar uma visão empirista e a-histórica, reivindicando a determinação social do processo saúde-doença para compreensão dos agravos à saúde dos(as) trabalhadores(as) (PERPETUA; HECK; THOMAZ JUNIOR, 2018).

Uma das formulações que estamos construindo coletivamente pauta a categoria território, por entendermos que a relação social, produtiva e histórica entre o capital e o trabalho, base dos agravos impostos às classes trabalhadoras, se dá na materialidade dos circuitos produtivos, produzindo determinado tipo de território hegemonizado pelo capital em detrimento do trabalho. Aqui partimos da realidade para a definição da categoria analítica e não o contrário disso, ou seja, a relação capitalista de trabalho é uma relação de poder marcada pela dominação de classe, por isso os ambientes de trabalho são também organizados desde as máquinas instaladas até os ritmos e jornadas sob o controle dos donos dos meios de produção. Em decorrência desse processo social e histórico, a imposição de agravos à saúde do(a) trabalhador(a) é uma condição objetiva inerente e não algo fortuito ou acidental. É a partir daí que entendemos os territórios da degradação do trabalho (HECK, 2017; THOMAZ JUNIOR, 2019; BUTLER, 2022; GUIDO; SIMÕES, 2019).

Entretanto, como veremos no artigo, apesar dessa condição estrutural imposta pela sociedade capitalista é preciso considerar que em determinadas conjunturas o movimento sindical e popular pode obter conquistas com vistas a minimizar tais agravos, como foi o caso da luta em torno da Norma Regulamentadora 36 (NR 36), também conhecida como NR dos frigoríficos. Consideramos a luta pela NR uma resistência da classe trabalhadora frente aos territórios da degradação do trabalho que, numa conjuntura mais favorável, conquistou esse avanço no arcabouço legal ainda que não tenha eliminado a condição estrutural dos agravos à saúde do(a) trabalhador(a), impossível de se realizar nos marcos da sociedade capitalista. Portanto, entendemos como Herod (2001), quando considera os(as) trabalhadores(as) como sujeitos sociais ativos que podem transformar o espaço geográfico e até mesmo obter conquistas parciais nos marcos da sociedade do capital.

Contudo, é preciso apontar breve ressalva no que se refere ao conceito de poder que empregamos em nossa formulação dos territórios da degradação do trabalho. Na Geografia, a concepção relacional de poder está inspirada com muita frequência na contribuição foucaultiana, como encontramos em Raffestin (1993). O argumento central dessa obra com sua crítica da geografia política clássica que via o fenômeno do poder restrito ao Estado, muitas vezes se transformando numa ciência à serviço dos interesses do Estado-Nação, é uma importante contribuição para a ciência geográfica. Não há dúvidas de que a defesa da concepção relacional de poder enxergando-o noutras escalas modificou o trato dos(as)

geógrafos(as) com a temática do poder, mas ainda assim permanecem algumas questões.

O entendimento relacional tem feito com que muitos estudos contemporâneos entendam os territórios sem diferenciar qualitativamente a dimensão da hierarquia e do poder, homogeneizando o território "das subjetividades", da "casa", da "prisão", da "escola", da "fábrica" e outros apenas pela chave interpretativa do poder ou dos poderes com foco nos micro-territórios e muitas vezes abrindo mão de uma interpretação da totalidade. Nossa compreensão é outra. Aceitamos a concepção relacional de poder, mas não a interpretamos de forma homogênea por entender que há diferenças qualitativas entre, por exemplo, a relação do poder "na casa" e "no Estado". Na verdade, compreendemos de outra maneira, no bojo da concepção marxista-leninista, de que é preciso a conquista do poder do Estado para pensar o processo de transição para a sociedade comunista e sem classes. Logo, não se luta contra todo e qualquer poder, mas pela conquista do poder político por parte das classes trabalhadoras, o que pressupõe a conquista do poder do Estado para subordinar as classes reacionárias que tentarão constantemente a contrarrevolução.

Apesar disso, entendemos que a concepção relacional de poder nos é útil para compreensão dos territórios da degradação do trabalho, mas não partimos da perspectiva foucaultiana. Reconhecer estes territórios pressupõe evidenciar como a produção capitalista engendra formas de controle e dominação historicamente modificadas e projetadas espacialmente como territórios da hegemonia do capital sobre o trabalho, que se expressam nos mais distintos setores econômicos, no campo e na cidade e impactam inerentemente na saúde dos(as) trabalhadores(as). Os territórios da degradação do trabalho são, portanto, entendidos na relação entre o singular e o universal, pois ao observar as "[...] relações sociais de produção, o território não se configura como uma relação individualizada, de pertencimento, de autonomia de sujeitos isolados, mas enquanto categoria de universalidade e totalidade" (CONCEIÇÃO, 2022, p.17).

É a partir desta perspectiva analítica que no artigo abordaremos o estudo da relação entre processo de trabalho e saúde do(a) trabalhador no setor de frigoríficos. Metodologicamente, trabalhamos com dados secundários obtidos junto a bancos de dados como Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), bem como do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalhador (ODSST) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). A partir dessas fontes coletou-se as informações sobre emprego no setor de frigoríficos e a situação dos acidentes de trabalho através das Comunicações de Acidentes de Trabalho (CAT) específicas ao setor, bem como de todos os setores econômicos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) para todos os municípios do Brasil, além do conteúdo das greves nas distintas conjunturas políticas do Brasil das duas primeiras décadas do século XXI. No que se refere aos acidentes de trabalho, apesar de se tratar de dados subnotificados, o peso destes nos frigoríficos quando comparados com os demais setores econômicos nas realidades municipais chama a atenção. Constata-se, por exemplo, que dos 755 municípios brasileiros que registraram pelo menos um acidente de trabalho em frigorífico no ano de 2020, em 110 o setor foi responsável por mais de 50% de todas as ocorrências de acidentes de trabalho em escala municipal quando comparado aos demais setores econômicos CNAE. Todos estes dados coletados são representados através da cartografia temática, gráficos e tabelas.

Ainda na perspectiva da metodologia, também trabalhamos com levantamento de notícias sobre o tema, selecionadas em banco de dados próprio que recobre desde o ano de 2011 pesquisa documental sobre o trabalho no setor de frigoríficos. Selecionou-se parte de algumas dessas matérias para embasar os discursos empresariais, governamentais e das organizações dos(as) trabalhadores(as) sobre o tema da NR dos frigoríficos, como veremos nos itens do artigo.

Estes resultados de pesquisa são parte de um projeto maior intitulado "*Cartografia da saúde do(a) trabalhador(a) em frigoríficos no Brasil",* que conta com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), e desenvolvido sob minha coordenação no Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Trata-se de pesquisa que articula também a Rede CEGeT de Pesquisadores, pois há relação com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Chapecó e a Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente, bem como com pesquisadores de outras redes como da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada (IPEA). No bojo deste projeto universal, há inserção de estudantes em nível de graduação e ensino médio com a execução de projetos de iniciação científica nas universidades e instituto federal citados. O objetivo final é construir um *Atlas da saúde do(a) trabalhador(a)* no setor de frigoríficos, a ser divulgado a partir de 2023.

No artigo, tematizamos uma parte destes resultados de pesquisa em diálogo com a conjuntura política das duas primeiras décadas no Brasil. No primeiro item, aborda-se os governos liderados pelo PT e como, nesta conjuntura mais favorável às classes trabalhadoras, os(as) trabalhadores(as) de frigoríficos conseguiram obter a conquista da NR-36, instrumento de resistência frente aos territórios da degradação do trabalho e de defesa de patamares mínimos de saúde e segurança do trabalho no setor. Em seguida, tratamos da crise destes governos e a abertura da nova conjuntura de restauração neoliberal ortodoxa e neofascista, situação política desfavorável e na qual os(as) trabalhadores(as) e suas organizações perderam direitos através das reformas neoliberais. Entendemos que no setor de frigoríficos, dentre outros aspectos, houve iniciativas de reformulação da NR para diminuir o nível de proteção mínima à saúde do(a) trabalhador(a), impulsionando os territórios da degradação do trabalho. Por fim, no terceiro item, pauta-se a importância de abrir nova conjuntura política no Brasil com a possível eleição de Lula entendendo que é fundamental imprimir derrota eleitoral ao neofascismo no Brasil. Entretanto, aponta-se que as lutas populares e sindicais deverão cobrar esse eventual novo governo para que avance em torno de medidas como a revogação das reformas neoliberais e, no caso específico do setor dos frigoríficos, da supressão de todas as iniciativas de revisão de legislações que estejam na contramão da defesa da saúde do(a) trabalhador(a). Só assim poderemos abrir nova situação política que garanta as conquistas já alcançadas e abra espaço para avanços e construção de políticas públicas de interesse das classes trabalhadoras no Brasil.

A luta pela NR na conjuntura mais favorável dos governos neodesenvolvimentistas

Diante de um cenário de muitos acidentes e doenças do trabalho ocorridos com frequência nos frigoríficos o movimento sindical inicia, ainda na década de 1990, uma série de iniciativas de mobilização para enfrentar esse problema. Eram muitos os trabalhadores e trabalhadoras lesionados, sobretudo em virtude das lesões por esforços repetitivos, e que na maioria das vezes estavam abandonados à própria sorte pelas empresas do setor que não reconheciam o vínculo entre os agravos e o processo de trabalho repetitivo e desgastante. É a partir dessas iniciativas que se pode entender a origem da discussão que irá culminar na construção da Norma Regulamentadora 36, conhecida como a NR dos frigoríficos, cuja entrada em vigor ocorre somente em abril de 2013. A relação entre a conjuntura política e o entendimento do movimento dos(as) trabalhadores(as), como sujeitos sociais ativos que podem transformar o espaço geográfico e até mesmo obter conquistas parciais que modificam as relações de trabalho nos territórios da degradação do trabalho, em situações políticas mais favoráveis, para nós é fundamental. Ainda que, é claro, na sociedade capitalista suas conquistas sejam parciais, não se deve menosprezá-las, e é assim que retrataremos a luta em torno da NR dos frigoríficos.

Deste modo, analisa-se essa trajetória recente de três décadas não apenas como uma cronologia estanque, mas essencialmente vinculada com a correlação de forças da sociedade brasileira. Neste particular, apoiamo-nos no entendimento leninista de que a conjuntura corresponde a um momento específico do desenvolvimento da luta de classes e só pode ser examinada corretamente a partir da análise concreta da situação concreta. Isso significa que a nossa interpretação não se baseia no desejo, mas da materialidade do conflito entre as classes que se desenvolve de maneiras distintas ao longo da história e não pode ser prevista com antecipação, dependendo de inúmeros fatores relacionados em cada situação concreta (HARNECKER, 2012).

Por isso, há determinados momentos na história recente brasileira em que as classes trabalhadoras estiveram melhor posicionadas e conseguiram alcançar determinados direitos e políticas públicas, ainda que não lograssem a conquista do poder político, isto é, do Estado. É deste modo que observamos as lutas em torno da construção da NR dos frigoríficos como um dos exemplos de conquistas de direitos possibilitada numa conjuntura mais favorável às classes trabalhadoras, mesmo dentro dos limites da democracia restrita e da formação socioespacial do capitalismo dependente no Brasil (SANTOS, 1977; CRUZ, 2003 e ARUTO, 2015).

Segundo Ruiz et al. (2022) o objetivo desse movimento, que surge no final da década de 1990, em torno sobretudo da Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores da Alimentação (CONTAC) vinculada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), era garantir um ambiente de trabalho mais seguro. Tal iniciativa surgiu da observação do grande número de trabalhadoras e trabalhadores lesionados nos frigoríficos brasileiros e que muitas vezes chegavam a frequentar assembleias sindicais com fai-

xas nos punhos. Neste particular, era notável que a maioria dos que apresentavam os punhos enfaixados eram mulheres e que alegavam estar com o "pulso aberto". Um indicativo de que o problema era ainda mais grave, relacionado com a divisão sexual do trabalho nos abatedouros e se configuraria no grande número de portadores de Lesões Por Esforços Repetitivos e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER/DORT).

Entretanto, como infelizmente ainda é comum na realidade contemporânea, desde aquele momento muitos médicos do trabalho vinculados às empresas afastavam a hipótese de que as dores e os punhos enfaixados tivessem relação com o trabalho desempenhado nas linhas de abate e processamento de carnes. É o que constatou, nos idos dos anos 1990, o destacado dirigente sindical Siderlei Oliveira ao dialogar com mulheres de um frigorífico, pois, segundo ele, o médico indicava que a situação vivenciada nada tinha de relação com o trabalho no frigorífico, estaria relacionada com a atividade doméstica de torcer roupa (IKEDA; RUIZ, 2014).

Além disso, grupos de trabalhadoras e trabalhadores também indicavam outra prática lastimável de parcela dos médicos do trabalho, ainda comum em muitos frigoríficos do Brasil: trabalhar sob efeito de remédios bloqueadores de dor. Muitos estudos e pesquisas sérias desenvolvidas na área da saúde no Brasil indicam que essa prática contribui para agravar ainda mais as LER/DORTs. Walter (2012) argumenta que a medicalização no trabalho foi um fator de risco identificado na sua pesquisa em frigorífico no Rio Grande do Sul, pois o uso de analgésicos bloqueia os receptores da dor e dificulta a percepção do avanço de doenças como as LER/DORTs.

Entretanto, foi na década de 2000 que essa movimentação em torno da garantia de um ambiente de trabalho mais seguro ganhou vigor. No ano de 2005, o movimento sindical consegue uma audiência pública no Senado Federal para tratar do tema das condições de trabalho em frigoríficos e, naquela ocasião, contou com o apoio do parlamentar Paulo Paim do Partido dos Trabalhadores (PT). O objetivo era conquistar um arcabouço jurídico que fosse capaz de frear as doenças e acidentes de trabalho e, desta audiência, resulta a proposta de criação de lei específica. Segundo Ruiz et al. (2022) houve duas iniciativas básicas por parte do movimento sindical naquele período: a) proposição de cláusulas protetivas nas negociações coletivas anuais entre sindicatos e empresas; b) pressão ao governo federal e parlamentares para criação de legislação própria sobre o tema.

Outra atuação importante é a do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) através de seus procuradores e auditores fiscais. As fiscalizações nos frigoríficos ganharam notável impulso na primeira década dos anos 2000 e inúmeras irregularidades foram constatadas, o que gerou Ações Civis Públicas (ACP) e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). Ritmos de trabalho inapropriados, jornadas exaustivas, desrespeito aos intervalos intra e inter jornadas, ilicitudes nos sistemas de controle de frequência dos trabalhadores e trabalhadoras, enfim, foram muitos os pontos levantados nestas inspeções. Em todas elas, chamava a atenção as doenças e acidentes do trabalho vinculadas com o esforço repetitivo exigido para o abate, desossa e processamento da carne.

Também é importante destacar a produção do documentário Carne Osso, lançado no ano de 2011 e dirigido por Caio Cavechini e Carlos Juliano Barros. Essa produção audiovisual contribuiu significativamente para lançar o debate sobre as condições de trabalho nos frigoríficos através do cotidiano veloz do ritmo de trabalho e das consequências deste para a saúde do(a) trabalhador(a). Mulheres e homens narravam os acidentes e doenças de trabalho sofridos e, a apresentação de casos graves de LER/DORT e sofrimento mental, deixavam claro que os agravos possuíam relação com o trabalho.

Sem dúvidas esses marcos históricos das últimas três décadas foram importantes para a construção da NR dos frigoríficos. Contudo, é preciso observar que os avanços e recuos em torno da luta pela garantia de um ambiente de trabalho mais seguro se relacionam com a conjuntura política. Destaca-se que passos decisivos do movimento sindical em torno desta luta possuem relação com as características dos governos neodesenvolvimentistas liderados pelo PT. Destes destacamos dois: a) o abandono da busca pela construção de uma legislação específica que dependeria de aprovação no legislativo em que a correlação de forças foi identificada como desfavorável aos trabalhadores e trabalhadoras; b) a decisão, a partir de 2008, pela construção de um arcabouço jurídico mais simples, uma NR, que estava dentro das possibilidades do poder executivo, ou seja, dependia de ato e vontade política do governo federal.

Tais decisões não foram fatos isolados, mas estiveram relacionadas com os limites e possibilidades para a luta do movimento popular e sindical na conjuntura dos governos neodesenvolvimentistas. Aqui adotamos a sistematização de Boito Junior (2018) na qual os governos liderados pelo PT não foram uma mera continuidade do neoliberalismo da década de 1990. Conformaram, na verdade, uma frente política ampla, heterogênea, policlassista e contraditória que teve como força política dirigente a grande burguesia interna. Diferentemente da década neoliberal, os governos neodesenvolvimentistas atenderam de maneira marginal os interesses do operariado, dos trabalhadores informais, do campesinato organizado em movimentos populares, aqui entendidos todos como parte das classes trabalhadoras, com políticas de redistribuição de renda, valorização moderada, porém real do salário mínimo e políticas públicas que incentivavam a produção de alimentos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Todas essas iniciativas dos governos do PT demonstram que as classes trabalhadoras obtiveram conquistas marginais, mas não lideraram a frente política neodesenvolvimentista o que afasta a compreensão de que estes foram governos democrático-populares. Por exemplo, enquanto setores da burguesia interna acessavam, via empréstimo subsidiado no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), vultosos recursos – sendo de fato priorizados na frente política neodesenvolvimentista – as classes trabalhadoras lograram obter conquistas parciais como os programas de transferência de renda e demais políticas públicas acima citadas. Isso significa que as organizações dos trabalhadores e trabalhadoras (sindicatos, movimentos populares, cooperativas, associações etc.) participaram dos governos neodesenvolvimentistas e lograram obter conquistas marginais.

É neste contexto que entendemos o êxito da instituição da NR dos frigoríficos. Essa importante norma esteve diretamente ligada aos conflitos de interesse entre a burguesia interna (da qual as grandes empresas do setor de frigoríficos são parte) e o movimento sindical na conjuntura dos

governos neodesenvolvimentistas. Alguns fatos aqui são importantes, como o abandono da primeira iniciativa, no ano de 2005, de construção de legislação própria. Tal fato se explica, pois, os governos neodesenvolvimentistas dependeram da negociação com bases parlamentares conservadoras, o que frequentemente interdita no Congresso Nacional as iniciativas de legislações que atendam a interesses das classes trabalhadoras. A primeira proposta do movimento sindical dependia dessa difícil relação que teria dificuldade de obter êxito.

Foi a partir desse recuo diretamente relacionado à situação concreta da conjuntura política que, no ano de 2008, a CONTAC acessa diretamente o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e surge a proposição de construção da NR. Ruiz et al. (2022) destacam ainda que o coletivo de diretores da CONTAC buscou a construção desse arcabouço jurídico mais simples e dentro das possibilidades exclusivas do poder executivo justamente porque seria mais provável a sua conquista. Ou seja, era uma análise da conjuntura política e dos limites e possibilidades dentro do governo neodesenvolvimentista. Tanto é que, em 2009, o presidente Lula, após diálogo com representantes sindicais da CONTAC, determina que a área do seu governo envolvida com esse tema passasse a analisar a possibilidade de construção de uma regulação específica que pudesse aumentar a proteção relacionada a saúde e segurança no trabalho em frigoríficos.

É aí que se forma o grupo que irá formalmente debater na Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), junto ao então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a construção da NR dos frigoríficos. Como NR pautava a inserção de pausas nas jornadas de trabalho e mesmo modificações nos ritmos de trabalho, o empresariado dos frigoríficos se posicionou de forma contrária à norma e tentou inviabilizá-la através de várias iniciativas. Ainda no ano de 2011, quando o período de consulta pública da NR foi estipulado, a posição de várias entidades empresariais do setor, como a Associação Brasileira de Frigoríficos (ABRAFRIGO), Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC) e União das Indústrias e Empresas de Carnes (UNIEC), foi pela retirada da consulta pública sobre a NR. As entidades defenderam o seguinte em documento entregue ao então ministro do trabalho, Carlos Lupi:

> [...] a Norma Regulamentadora tal como está pode trazer severas consequências sociais e econômicas para o país tais como o fechamento de empresas, demissões em massa, queda expressiva na produção e exportação de carne bovina, aumento do abate irregular, além do aumento de preços, entre outras situações que origina (ABRAFRIGO, 2011, n.p).

Entretanto, no mesmo ano de 2011 as fiscalizações do MPT continuavam apontando para graves irregularidades praticadas nas linhas de produção e abate de carnes que atingiam a saúde do(a) trabalhador(a). Uma destas, movida contra a empresa Brasil Foods (BRF) de Capinzal-SC, resultou em multa de R$ 5 milhões por descumprimento de decisão da Justiça do Trabalho (PORTAL TRT12, 2011). A decisão judicial descumprida previa que a empresa concedesse pausas de recuperação de fadiga de 8

minutos a cada 52 trabalhados em atividades repetitivas, determinava que a BRF notificasse as doenças ocupacionais comprovadas ou objetos de suspeita e proibia a promoção de jornadas extras. Ou seja, a fiscalização e posteriores sentenças que foram reconhecidas até mesmo pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) evidenciavam a grave situação dos agravos à saúde do(a) trabalhador(a) nos frigoríficos brasileiros. Na ocasião, o procurador do trabalho Sandro Eduardo Sardá se pronunciou da seguinte maneira sobre os ritmos de trabalho: [...] "os empregados continuam submetidos a um ritmo de trabalho intenso e incompatível com a saúde física e mental, com a realização de 70 a 120 movimentos por minuto, quando estudos apontam que o limite de 30 a 35 movimentos por minuto não deve ser excedido" (PORTAL TRT12, 2011, n.p).

Já o movimento sindical atuou no mesmo ano de 2011 com mobilizações em torno da "Caravana da NR dos frigoríficos". Somente no estado do Paraná, essa atividade percorreu dezessete municípios e, durante as manifestações, distribuiu 89.600 informativos impressos aos trabalhadores, trabalhadoras e população das cidades (MARQUES, 2011). A iniciativa foi ligada à Campanha Nacional Pela Aprovação da NR que reuniu as principais entidades sindicais do setor da alimentação e teve o objetivo de pressionar o empresariado para a melhoria dos ambientes de trabalho nos frigoríficos.

Todas essas iniciativas irão resultar na promulgação da NR dos frigoríficos, publicada em abril de 2013. O movimento sindical foi bem-sucedido em tal iniciativa, mas isso só ocorreu por também existir uma conjuntura mais favorável, ou seja, na vigência dos governos neodesenvolvimentistas do PT. Destaca-se também que o recuo em torno da criação de uma legislação específica, que dependeria de aprovação no Congresso Nacional, também expressa os limites dos governos neodesenvolvimentistas dependentes de acordos com bancadas conservadoras. Ou seja, a NR foi a conquista possível dentro de uma conjuntura mais favorável e que não pode ser esquecida, mas com o avanço da restauração neoliberal o enfraquecimento dos sindicatos e entidades de fiscalização, a NR passou a ter seu descumprimento como prática cotidiana dos frigoríficos.

O golpe de 2016 e a restauração neoliberal: retrocesso para a luta dos trabalhadores(as) de frigoríficos

Antes de adentrar aos efeitos mais específicos dessa nova conjuntura que se abriu a partir do golpe do impeachment para os(as) trabalhadores(as) e suas organizações políticas nos frigoríficos, é preciso compreender pouco mais a fundo essa nova situação política nacional e suas relações com a conjuntura internacional. O golpe de 2016 representou ao mesmo tempo a derrota de uma estratégia hegemônica na esquerda que liderou os governos neodesenvolvimentistas e a restauração do neoliberalismo ortodoxo que será aprofundado com a emergência do neofascismo. Esse contexto, interrompeu todos os ganhos marginais que as classes trabalhadoras haviam obtido nos governos liderados pelo PT e aprofundou uma agenda de retrocessos. Portanto, criou uma conjuntura política que permitiu a retirada de direitos das

classes trabalhadoras que também resulta no descumprimento e iniciativas de reformulação das legislações de proteção à saúde do(a) trabalhador(a), a exemplo da NR dos frigoríficos.

Partimos da perspectiva de que tal conjuntura não pode ser entendida sem a sua ligação com os efeitos da crise econômica internacional de 2008 que influenciaram o golpe do impeachment derrubando, sob o ilusionismo do combate à corrupção, os governos com programa limitado e sem perspectiva anticapitalista da frente neodesenvolvimentista. Um dos seus notáveis efeitos foi a busca pela restauração neoliberal na América Latina, verdadeira ofensiva do imperialismo norte-americano com o objetivo de destituir governos não-alinhados e retomar a hegemonia na região. Lembremos também que esta crise, com epicentro na explosão da bolha especulativa do mercado imobiliário nos Estados Unidos, levou à bancarrota instituições financeiras que pareciam sólidas e robustas e espalhou-se por todo o mundo. Ela foi particularmente dura com os países dependentes como o Brasil, pois a queda no preço das *commodities* fez despencar sua arrecadação e instaurou o cenário de recessão econômica. Os governos neodesenvolvimentistas que se apoiavam no ciclo de expansão nos preços de *commodities* para manter suas políticas sociais foram duramente impactados.

A crise econômica chega de forma mais efetiva ao Brasil a partir do ano de 2014, que registrou crescimento de apenas 0,5% no PIB e seguiu 2015 e 2016 com variações negativas de -3,5% e -3,3%, interrompendo o ciclo de crescimento econômico do neodesenvolvimentismo (IBGE, 2018). A recessão econômica instalou-se no país e este cenário foi aproveitado pelas forças neoliberais como uma janela histórica para reposicionar-se no bloco no poder, conquistar apoio na sociedade e destituir o governo recém-eleito de Dilma Rousseff. Entretanto, as próprias opções equivocadas do governo Dilma através da tentativa de sinalizar para o mercado financeiro e setores da burguesia associada ao imperialismo com o intuito de retomar a governabilidade e obter certo apoio no Congresso Nacional, conquistando uma trégua no campo da luta política, não surtiram efeito. As forças neoliberais intensificaram a campanha pelo impeachment e o apoio das forças populares ao governo oscilou, pois, as medidas de austeridade e cortes de direitos como parte do ajuste fiscal proposto, não condiziam com aquilo que fora prometido na campanha eleitoral, sobretudo do segundo turno. Pelo contrário, o ajuste fiscal representava justamente o programa econômico neoliberal do candidato derrotado nas urnas (Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB) e, o que é mais curioso, um dos principais articuladores do golpe de 2016, que a depôs.

Deste modo o cenário de crise econômica evoluiu para uma grave crise política. Neste particular, as forças golpistas (frações burguesas, sobretudo da burguesia associada ao imperialismo, mídia hegemônica, capital financeiro improdutivo, judiciário e alta classe média) obtiveram eficácia significativa para derrotar os governos liderados pelo PT. Sob o discurso de combate à corrupção, produziram-se movimentos de massa que derrubaram Dilma Rousseff em 2016, conquistaram a prisão política de Lula em 2018, retirando-o definitivamente da disputa eleitoral, e abriram portas para a eleição do neofascista Jair Bolsonaro. Em paralelo, os setores e frações burguesas foram se coesionando em torno da aplicação de um programa econômico de restauração neoliberal que, além de subordinar o Brasil ainda mais ao imperialismo, avança sobre os direitos sociais, trabalhistas, apropriação e controle de bens comuns e

recursos territoriais estratégicos (petróleo, água, minérios etc.).

Portanto, a consequência do golpe do impeachment resultou na conformação de novo bloco no poder com a retirada da participação de setores das classes trabalhadoras, diferença crucial dos governos de Temer e Bolsonaro com seus antecessores da frente neodesenvolvimentista. A aprovação de medidas como a Emenda Constitucional 95 (2016), contrarreforma trabalhista (2017) e da previdência (2019) representam, em síntese, uma situação política que tem como centro a retirada dos direitos mínimos conquistados pelas classes trabalhadoras, aprofundando a agenda neoliberal. A situação ainda piora com o governo neofascista de Bolsonaro que, além de aplicar o programa neoliberal, tem como objetivo estratégico o fechamento do regime democrático e a implantação de um Estado de exceção.

Tal conjuntura coloca em situação de defensiva o movimento sindical, operário e popular e atinge em cheio as conquistas marginais das classes trabalhadoras alcançadas nos governos neodesenvolvimentistas. É neste contexto que devemos procurar entender algumas questões mais próprias ao setor de frigoríficos como: a) redução do número de fiscalizações, provocados por cortes orçamentários às instituições responsáveis; b) enfraquecimento do movimento sindical através das contrarreformas e sua postura defensiva após o golpe de 2016; c) iniciativas de revisão legislativa que visam desconstruir a NR 36. Tudo isso tem favorecido o descumprimento prático daquilo que foi a mais importante medida de minimização dos acidentes de trabalho no setor, conquistada no ano de 2013, a instauração das pausas de recuperação psicofisiológicas previstas na NR 36.

Os cortes orçamentários para os ministérios e pastas que tratam sobre as questões trabalhistas e sociais no Brasil fizeram parte das primeiras medidas do governo Temer, impactando nas fiscalizações de ambientes de trabalho. No ano de 2017, os cortes atingiram de imediato as ações de fiscalização nos ambientes de trabalho, sobretudo nas ações de combate ao trabalho escravo (IHU UNISINOS, 2017). O corte destas verbas reduziu o orçamento de R$3,2 milhões para R$1,6 milhão ainda no governo Temer, algo que foi continuado por Bolsonaro que, no ano de 2019, fez o corte de verba para fiscalização trabalhista ser de 63%, menor patamar da série histórica (RESENDE; BRANT, 2019).

Tudo isso coincide com o que argumentam Aliaga et al. (2021) sobre as fiscalizações no setor de frigoríficos. Segundo os(as) autores(as), todos(as) procuradores(as) do trabalho vinculados ao MPT, houve decréscimo no número de fiscalizações mesmo antes da pandemia, já que entre 2018 e 2019 constatou-se redução de 12%. No ano de 2020 a diminuição foi de 25% com apenas 292 ações de fiscalização nos 4.590 estabelecimentos com empregados no setor, o que equivale a apenas 6,3% do total. E o cenário ainda piora, pois se considerarmos o período de 2016 a 2019 tão-somente 2% dos acidentes de trabalho foram devidamente notificados como doenças do trabalho, aspecto que demonstra a histórica subnotificação presente nas informações oficiais.

Não há dúvidas de que este cenário de diminuição das inspeções contribui para o descumprimento prático da NR-36, principalmente no que se refere às pausas de recuperação psicofisiológica. Além disso, a NR tem sido alvo do governo Bolsonaro com o intuito de suprimir uma série de dispositivos

protetores (RUIZ et al., 2022). Mas, tudo isso só pode ser entendido se olharmos para a conjuntura e compreendermos que, desde o golpe de 2016, a restauração neoliberal em conjunto com a extrema-direita neofascista criou uma conjuntura de retirada de direitos das classes trabalhadoras que também resulta no descumprimento das legislações de proteção à saúde do(a) trabalhador(a) e nas propostas de revisão daquelas já estabelecidas como é o caso da NR.

Deste modo, é importante compreender que o movimento sindical também tem sido atingido profundamente pelas reformas neoliberais e até mesmo pela própria violência política e ideológica empreendida pelo neofascismo que se instalou no país, cenário que o colocou numa situação de defensiva. Uma das possibilidades de observar esse aspecto é recorrendo aos dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), sobretudo no que se refere ao conteúdo das reivindicações de cada greve ocorrida no Brasil. Na Figura 1, sistematizamos essa informação para as greves ocorridas na esfera privada para o período de 2004 até 2021, com exceção dos anos de 2006, 2014 e 2015 que não estão disponíveis no sítio do DIEESE.

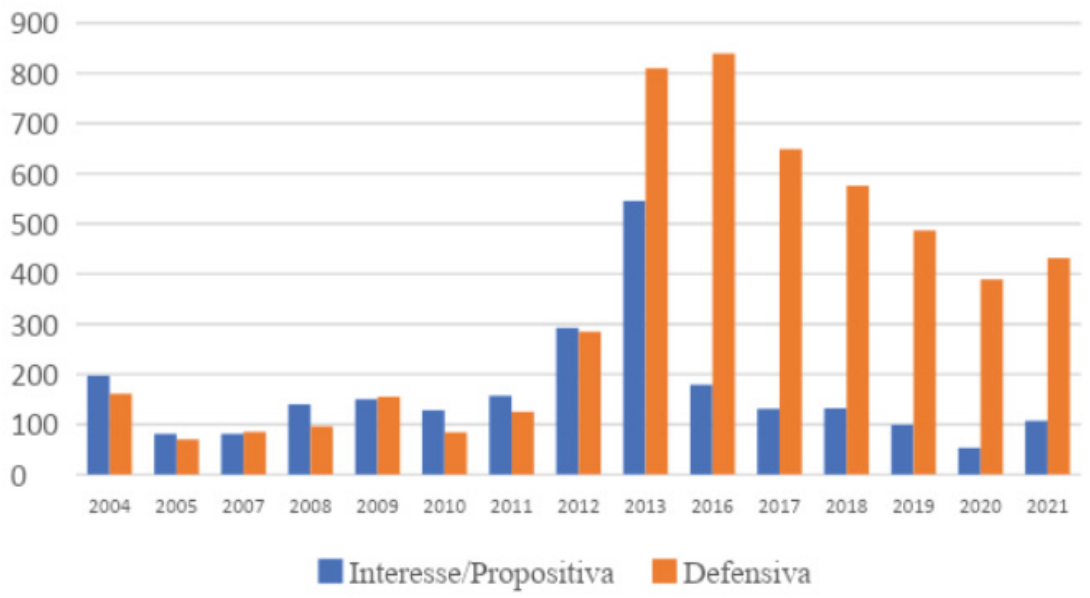


Figura 1 – Motivações e caráter das greves na esfera privada no Brasil (2004-2021) / Fonte: DIEESE. Org. Fernando Mendonça Heck

Nota-se que comparativamente ao período dos governos neodesenvolvimentistas, salvo o ano de 2013 e o período do segundo mandato de Dilma interrompido pelo golpe, a relação entre as greves propositivas (por novas conquistas ou avanços nas condições vigentes) e defensivas (em caso de descumprimento de lei ou recusa à renovação ou manutenção de condições vigentes) foi muito mais equivalente, sendo que em alguns anos as greves propositivas foram maiores do que as defensivas. Aqui

demarca-se que a própria NR dos frigoríficos, conquista de viés propositivo, foi obtida nessa conjuntura mais favorável dos governos liderados pelo PT. Trata-se de conjuntura política em que os(as) trabalhadores(as) lograram obter conquista que visa minimizar os efeitos dos agravos à saúde do(a) trabalhador(a) nestes territórios da degradação do trabalho.

Entretanto, a partir do golpe de 2016 essa relação se inverte com as greves defensivas sendo a principal causa das lutas do movimento sindical. Ou seja, instala-se uma conjuntura desfavorável para as classes trabalhadoras no Brasil na qual, os governos oriundos do golpe de 2016, atuaram de inúmeras maneiras com vistas a enfraquecer o movimento sindical e suas conquistas, dentre estas destacamos as iniciativas que visaram reduzir os patamares mínimos de segurança e saúde do trabalho nos frigoríficos.

É neste contexto de diminuição das fiscalizações e de defensiva do movimento sindical (ambos impactados, dentre outras coisas, pelo sufocamento orçamentário/financeiro) que os projetos do governo neofascista, em aliança com empresários do setor frigorífico, surgem para diminuir as conquistas do movimento sindical como as pausas de recuperação psicofisiológicas previstas na NR. Pelo menos três iniciativas foram registradas nos últimos dois anos por parte do governo federal em aliança com empresários do setor para suprimir as pausas nos frigoríficos. As ações se deram nos dois primeiros momentos com o intuito de rever as pausas de recuperação térmica relacionada aos ambientes de trabalho frios e, no segundo, com a proposta de revisão da NR dos frigoríficos que poderia atingir as pausas de recuperação psicofisiológica.

A primeira medida, em junho de 2020, pautou a alteração do artigo 253 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a partir da Medida Provisória (927/2020) que tratou das medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública no contexto da pandemia da Covid-19. Esta iniciativa visava suprimir da maioria dos(as) trabalhadores(as) a pausa de recuperação térmica de 20 minutos a cada 1h40min trabalhados em ambientes artificialmente frios. Além disso, estava prevista a exigência de até 10 horas de trabalho em ambientes com temperatura de 5ºC sem a instauração das pausas. O empresariado não conseguiu lograr êxito nesta pauta, porém não desistiu do pleito já que em março de 2021 houve nova tentativa de suprimir as pausas de recuperação térmica através do Projeto de Lei (PL 2.363/11).

O PL em apreço propunha que somente os empregados de setores com temperaturas inferiores a 4ºC ou que se movimentam de um ambiente para outro em temperaturas com variações superiores a 10ºC teriam direito as pausas térmicas. Isso equivale a dizer que a grande maioria dos empregados em frigoríficos não teria esse direito, pois nem todas as atividades laborais dentro de um frigorífico registram temperaturas abaixo de 4ºC. Contudo, isso não quer dizer que os(as) trabalhadores(as) não sintam frio nas mãos durante o desempenho de suas atividades, como demonstra a pesquisa de Tirloni et al. (2019) ao observar que 59% dos(as) trabalhadores(as) de um frigorífico estudado sentiam frio nas mãos.

A situação é ainda mais grave. O ambiente frio é considerado fator de risco para as doenças osteomusculares relacionadas aos esforços repetitivos, muito comuns nos frigoríficos, bem como aos

acidentes de trabalho. Dados levantados em pesquisa com trabalhadores de três frigoríficos demonstraram que a chance de um trabalhador que sentia frio ter algum desconforto osteomuscular era duas vezes maior do que um trabalhador que não sentia frio (TIRLONI et al., 2019). Portanto, ao avaliar essas informações é possível compreender o grau lesivo que essas iniciativas de retirar as pausas de recuperação térmica implicariam para os(as) trabalhadores(as) de frigoríficos.

Já a terceira investida, oficialmente datada de outubro de 2021, visou a alteração da NR 36. Através de um documento denominado Relatório da Análise de Impacto Regulatório (AIR) sobre a NR 36, com pouquíssima clareza do que se pretendia com a "harmonização, desburocratização e simplificação" da NR, o governo federal pretendia realizar alterações na referida norma. Com o desenvolvimento de debates em audiências públicas essa proposta foi se tornando um pouco mais clara e, obviamente, alinhada aos interesses das entidades empresariais do setor e dos próprios frigoríficos. Percebe-se que governo e os setores empresariais se alinharam na defesa da alteração da NR enquanto o movimento sindical, procuradores do trabalho do MPT e especialistas em saúde do(a) trabalhador(a) compreendiam que a revisão da NR poderia abrir espaço para a redução e mesmo o fim das pausas de recuperação psicofisiológica.

Do desenvolvimento destes debates restou claro que a iniciativa do setor empresarial se dava em torno de rever a quantidade de pausas mínimas a serem concedidas durante o desempenho das atividades laborais. É importante notar que durante os debates para a implementação da NR, no início da década de 2010, a posição das empresas e suas associações eram contrárias à norma e agora, durante o governo neofascista, posicionaram-se favoráveis às alterações propostas. Segundo Ruiz et al. (2022), a proposta inicial que fora trazida pelos representantes dos frigoríficos durante as discussões para implementação da NR 36 seria a de apenas criar um anexo em uma norma como a NR 17 definindo algumas pausas que somadas não passariam de 20 minutos durante toda a jornada de trabalho.

Não resta dúvidas de que os frigoríficos procuraram aproveitar a revisão da NR 36 para atender aos seus próprios interesses econômicos. E, na atual conjuntura do governo neofascista e neoliberal, perceberam que haveria situação política favorável aos seus interesses. O alinhamento do governo federal e dos setores empresariais foi perceptível e se deu em torno da necessidade de revisão para, segundo eles, "ajustar" a NR às mudanças no mundo do trabalho e "harmonizá-la" com as NRs 1 e 17 que já passaram por revisões. Por isso, reivindicaram rever a NR dos frigoríficos no bojo das alterações já feitas na NR 1, principalmente no que se refere ao ponto no qual as empresas poderão criar por conta própria um "programa de gerenciamento de riscos" (AGÊNCIA SENADO, 2021). Aqui é possível compreender a real natureza desta proposta de revisão da NR 36, pois visa desfigurar o papel da norma colocando peso numa espécie de autorregulação das próprias empresas no que se refere a segurança e saúde nos ambientes de trabalho dos frigoríficos. Isso é inaceitável, tendo em vista o cenário de que as próprias empresas já descumprem a NR e geram muitos acidentes de trabalho nestes territórios da degradação do trabalho.

Somente no breve período de quatro anos (2016 a 2020) o setor de frigoríficos foi responsável por 85.123 acidentes típicos e doenças do trabalho no Brasil (ALIAGA et al., 2021). Numa realidade em

que a subnotificação é a característica central dos dados oriundos das Comunicações de Acidentes de Trabalho (CAT), reconhecida até mesmo pelo governo federal no seu relatório de AIR sobre a NR 36, é preciso olhar para esses dados e na sua magnitude para as realidades locais, ou seja, nos municípios.

Em nossa pesquisa temos indicado a importância de verificar estes números para as realidades locais. Aqui trabalharemos com dois mapas explorando a realidade nacional e do estado que possui o maior número de empregos em frigoríficos, sobretudo de abate de aves e suínos, do Brasil: o Paraná. Mesmo com dados subnotificados, verificar a relação entre o peso dos acidentes gerados nos frigoríficos em comparação com a totalidade dos registros para todos os setores econômicos em escala municipal, demonstra o quanto este setor econômico possui peso nos agravos à saúde do(a) trabalhador(a). No ano de 2020, observa-se que 755 municípios brasileiros registraram pelo menos um acidente de trabalho em frigorífico, sendo que em 110 destes o setor foi responsável por mais de 50% de todas as ocorrências de acidentes de trabalho para as realidades locais (Figura 2).

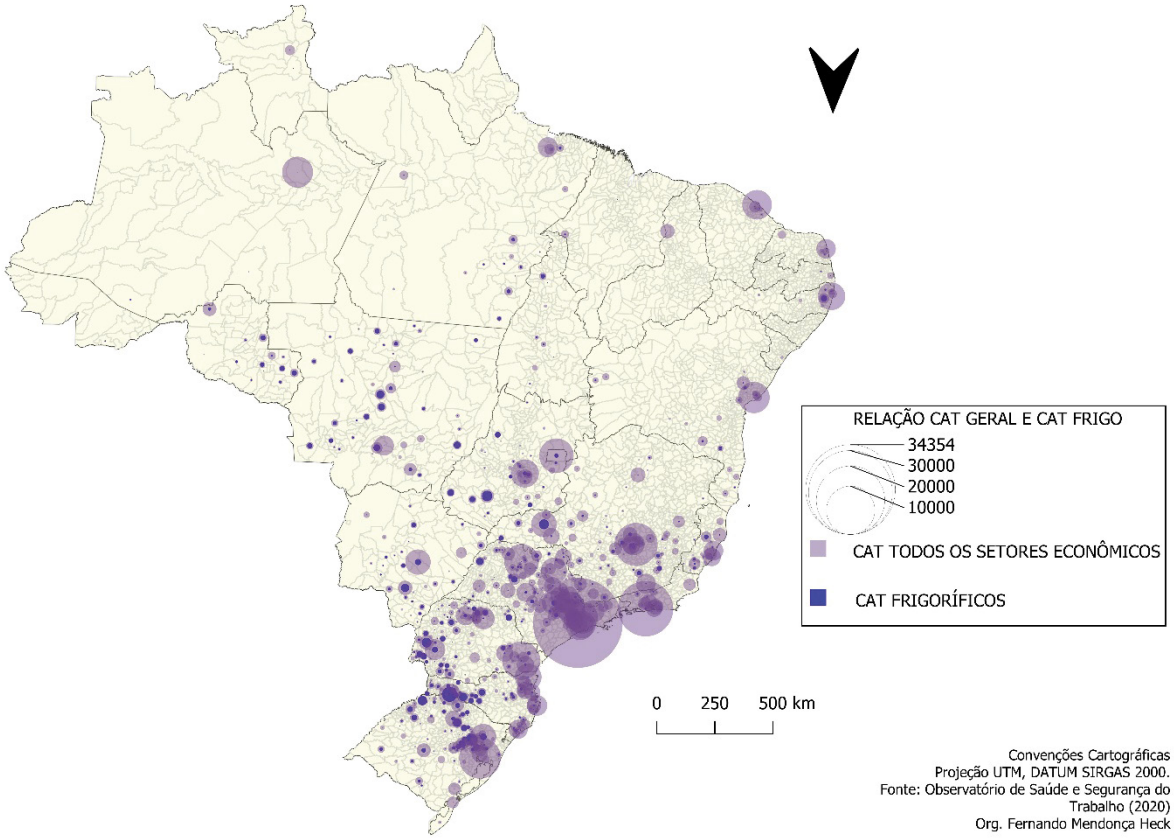


Figura 2 – Relação entre acidentes de trabalho em frigoríficos e de todos os outros setores econômicos em municípios brasileiros que apresentam registro de empregos no setor / Fonte: Observatório de Saúde e Segurança do Trabalho (2020).

Há realidades municipais ainda mais graves como é o caso do município de Miraguaí (RS), em que todos os acidentes de trabalho registrados foram em frigorífico. Na Tabela 1, levantamos os 13 municípios brasileiros nos quais os frigoríficos geraram mais de 80% dos acidentes de trabalho registrados localmente. Importante destacar que ao filtrar os dados retiramos da Tabela 1 seis municípios que também contabilizavam cem por cento dos casos de acidentes em frigoríficos para a localidade, pelo fato de que seus registros não ultrapassavam o número de dois casos seja para acidentes gerais ou específicos dos frigoríficos.

Município	UF	Acidentes de trabalho em frigoríficos	Acidentes de trabalho gerais	Percentual frigoríficos e gerais
Miraguaí	RS	31	31	100
Trindade do Sul	RS	46	48	95,83
Mozarlândia	GO	137	147	93,20
Buriti Alegre	GO	96	104	92,31
Juti	MS	22	24	91,67
Joaquim Távora	PR	172	189	91,01
Nova Marilândia	MT	20	22	90,91
Nova Araçá	RS	59	66	89,39
Poço das Antas	RS	30	34	88,24
Três Passos	RS	362	425	85,18
Ubiratã	PR	127	152	83,55
Guia Lopes da Laguna	MS	15	18	83,33
São João	PR	96	120	80

Tabela 1 - Municípios do Brasil com registros acima de 80% de acidentes de trabalho em frigoríficos quando comparados a todos os setores econômicos (2020) / Fonte: Observatório de Saúde e Segurança do Trabalho (2020). Org. Fernando Mendonça Heck

Considerando o mesmo ano de 2020 com recorte específico para o estado do Paraná, o setor de frigoríficos gerou 2.918 acidentes de trabalho registrados (mais de 11 por dia). Estes números das CATs se distribuem por 94 municípios do estado e quando comparados com a totalidade dos acidentes de trabalho notificados considerando-se todos os setores econômicos, chamam a atenção. Na Figura 3, relacionamos o número geral de acidentes de trabalho e o específico dos frigoríficos para os municípios que apresentaram ao menos um registro de acidente de trabalho neste setor.

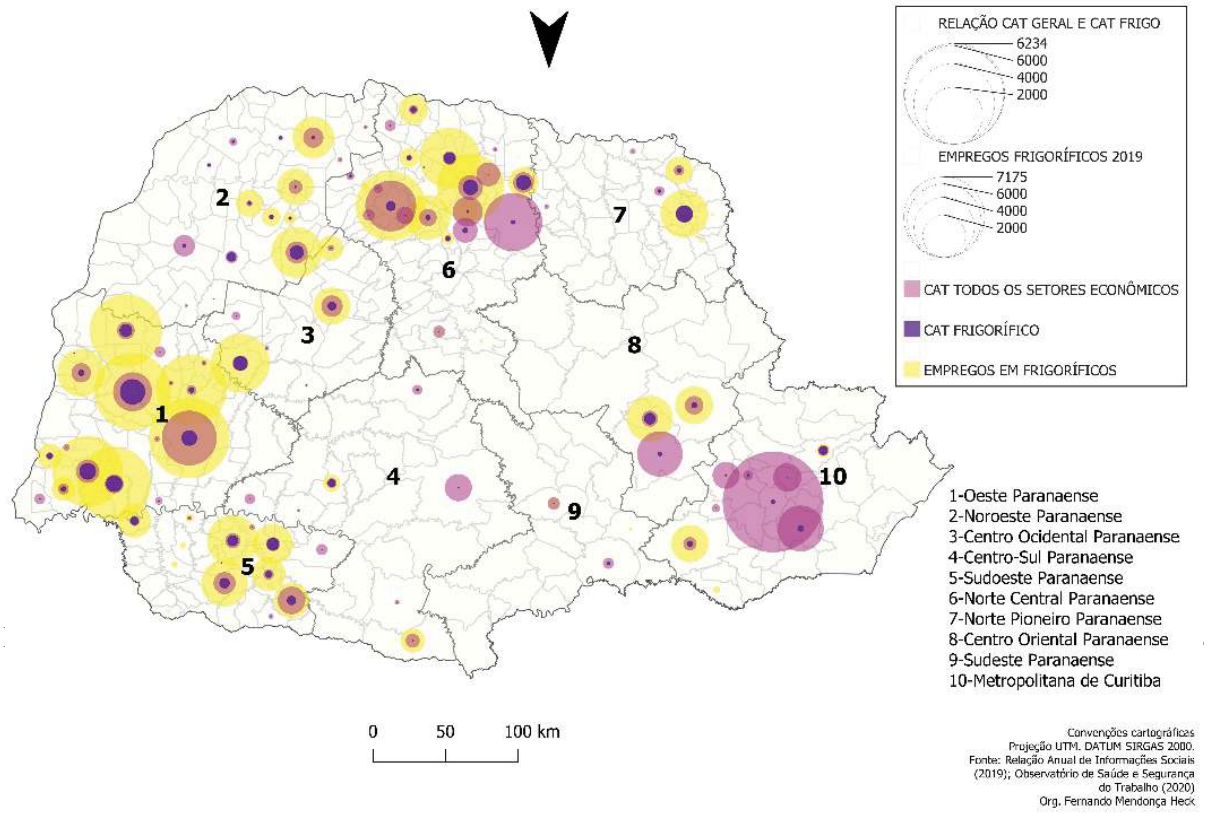


Figura 3 – Relação entre acidentes de trabalho em frigoríficos e de todos os outros setores econômicos em municípios paranaenses que apresentam registro de empregos no setor / Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (2019) e Observatório de Saúde e Segurança do Trabalho (2020)

Em pelo menos 22 dos municípios paranaenses os dados apontam que mais de 50% dos acidentes de trabalho notificados concentram-se apenas no setor de frigoríficos. Nota-se que a grande maioria são pequenos municípios como Joaquim Távora, Ubiratã e São João. Nestes, os dados chamam a atenção, pois mais de 80% dos acidentes de trabalho registrados estão relacionados aos frigoríficos locais (Tabela 2). Ainda, é importante observar que alguns municípios que possuem percentuais altos, têm poucos dados registrados, como Enéas Marques e Mariluz, não se configurando como grandes empregadores do setor, o que não invalida a relevância dos dados observados.

Município	Acidentes de trabalho em frigoríficos	Acidentes de trabalho gerais	Percentual frigoríficos e gerais
Joaquim Távora	172	189	91,01
Ubiratã	127	152	83,55
São João	96	120	80,00
Rondon	13	17	76,47
Matelândia	165	221	74,66
Jaguapitã	81	116	69,83
Bocaiúva do Sul	51	74	68,92
Enéas Marques	2	3	66,67
Capanema	43	65	66,15
Laranjeiras do Sul	39	60	65,00
Guairaçá	8	13	61,54
Santa Fé	14	23	60,87
Cruzeiro do Oeste	54	90	60,00
Itaipulândia	20	35	57,14
Indianópolis	5	9	55,56
Ibiporã	136	260	52,31
Dois Vizinhos	75	144	52,08
Carambeí	84	162	51,85
Cambira	14	27	51,85
Palotina	98	190	51,58
Medianeira	171	336	50,89
Mariluz	1	2	50,00

Tabela 2 - Municípios do Paraná com registros acima de 50% de acidentes de trabalho em frigoríficos quando comparados a todos os setores econômicos (2020) / Fonte: Observatório de Saúde e Segurança do Trabalho (2020). Org. Fernando Mendonça Heck

Estes resultados de pesquisa indicam que os agravos à saúde do(a) trabalhador(a) ainda são a realidade das condições de trabalho em frigoríficos, o que ainda pode ser muito mais grave, pois os dados estatísticos são subnotificados. Portanto, todas as iniciativas de retirar pausas de recuperação térmica ou psicofisiológicas propostas na conjuntura atual do governo neofascista contribuem para agravar essa situação, agindo na contramão da defesa dos patamares mínimos de saúde e segurança no trabalho previstos pela NR dos frigoríficos.

Assim, é possível considerar que os governos oriundos do golpe de 2016, que coesionou as distintas frações burguesas em torno da agenda de reformas neoliberais, têm atuado no sentido de impulsionar os territórios da degradação do trabalho. A tentativa de desfigurar a NR dos frigoríficos e as pausas

de recuperação psicofisiológicas e térmicas é uma clara demonstração de que desde o golpe tanto Temer quanto Bolsonaro atuam para atender apenas aos interesses dos setores empresariais, como é o caso dos frigoríficos. Entretanto, felizmente muitas destas iniciativas lesivas foram temporariamente barradas a partir das ações de resistência que aliam movimento sindical, pesquisadores, procuradores do trabalho e parlamentares compromissados com as pautas das classes trabalhadoras.

Desafios para o movimento popular e sindical na defesa da saúde do(a) trabalhador(a) em eventual governo Lula

De toda a avaliação de conjuntura que até aqui fizemos, destacamos que nos governos neodesenvolvimentistas as classes trabalhadoras obtiveram conquistas, ainda que marginais. Tratou-se de situação política na qual o próprio movimento sindical fez atuação mais propositiva (os dados sobre as greves apontados no item anterior indicam isso), pois a conjuntura era mais favorável em relação ao que ocorre com a restauração neoliberal após o golpe de 2016. Assim, uma observação é pertinente: a piora das condições materiais de vida não age naturalmente para a disposição de luta e resistência do movimento sindical e popular. Fosse assim, o aumento do preço dos alimentos, a carestia generalizada, a perda de direitos, o desemprego (12,6%, uma das taxas mais altas desde 1995, segundo dados do DIEESE, 2022) e a desvalorização dos salários com a perda do poder de compra – em 2022, por exemplo, o reajuste do salário mínimo ficou abaixo da inflação – deveria ter o efeito imediato de explosão de lutas sociais contra o governo neofascista.

Nesta conjuntura desfavorável, a luta dos trabalhadores e trabalhadoras dos frigoríficos sofreu revezes. Todas as contrarreformas neoliberais de Temer e Bolsonaro, a diminuição da verba para as fiscalizações dos ambientes de trabalho e o sufocamento financeiro dos sindicatos criou o cenário para o descumprimento prático da NR 36. Em conjunto vieram as três iniciativas do governo neofascista, via medida provisória e projeto de lei, com o intuito de desfigurar as pausas de recuperação térmica e psicofisiológica. A consequência disso tudo é mais desproteção para o(a) trabalhador(a), diminuição da fiscalização e maior ocorrência de acidentes de trabalho que muitas vezes sequer são devidamente registrados.

Nossos resultados de pesquisa indicam que os acidentes de trabalho nos frigoríficos continuam acontecendo e sabemos que isso possui relação com a conjuntura política atual desfavorável às classes trabalhadoras. É absolutamente preocupante observar que mesmo após a aprovação da NR dos frigoríficos, durante os governos neodesenvolvimentistas, ainda existam 110 municípios no Brasil em que mais da metade dos acidentes de trabalho registrados na realidade local são oriundos dos frigoríficos. A situação ainda piora, pois as iniciativas de revisão da NR, em nosso entendimento, vão no sentido de desfigurar a sua medida mais importante: a instauração de pausas de recuperação psicofisiológica. Contribuem no sentido de impulsionar os territórios da degradação do trabalho e daquilo que é uma síntese

perversa desse processo: os agravos à saúde do(a) trabalhador(a).

Portanto, entendemos que abrir uma nova situação política concreta é tarefa fundamental e o primeiro passo é imprimir uma derrota eleitoral ao neofascismo. Sem esse novo contexto a construção de políticas públicas e até mesmo de iniciativas que priorizem a proteção do trabalho estarão impossibilitadas. Do mesmo modo, é perceptível que a piora das condições econômicas e políticas não age necessariamente como motor das lutas populares e sindicais, pelo contrário indicam uma situação de defensiva, por exemplo, do movimento sindical já que, tematizando o setor de frigoríficos, conquistas importantes como a NR foram produto de conjuntura mais favorável durante os governos neodesenvolvimentistas. Do golpe de 2016 e com a chegada do neofascismo ao governo, as iniciativas do movimento sindical nos frigoríficos ficaram mais restritas a defender os direitos conquistados para não os perder, isto é, sem proposições mais ousadas blindadas pela conjuntura desfavorável.

No momento, a candidatura com o melhor potencial para imprimir uma derrota eleitoral ao neofascismo é a de Lula. Obviamente, ao observar atentamente os governos da frente neodesenvolvimentista do início do século XXI é possível compreender com clareza os próprios limites programáticos e da política de alianças num eventual governo Lula. Destacamos quatro características de forma sintética tendo em vista a avaliação que fizemos dos governos liderados pelo PT no primeiro item do artigo: a) essa corrente política tende sempre a evitar o conflito em busca da conciliação; b) evita a aposta na organização popular; c) busca um amplo arco de alianças com partidos fisiológicos e conservadores no Congresso Nacional e subestima a importância da organização popular; d) as classes trabalhadoras ganham marginalmente, pois as classes dirigentes dessa frente política são os setores da burguesia interna.

Até o momento, nada indica que essas características dos governos da frente neodesenvolvimentista da primeira década do século XXI estejam indo para outro rumo, a começar pela ausência da clareza em torno do debate programático. Neste particular, a aliança com Alckmin não restou clara no que se refere ao programa político. Resta perguntar: um eventual governo Lula-Alckmin abrirá mão de revogar as reformas neoliberais? Avançará com um programa de desfascistização do Estado brasileiro com o afastamento, por exemplo, dos mais de 11 mil militares (ativa e reserva) ocupando cargos públicos civis? Atuará para o avanço de iniciativas que minimizem e contribuam para a proteção da saúde do(a) trabalhador(a)? Essas são perguntas essenciais, pois importam não só do ponto de vista programático, mas influem de forma decisiva na postura que esse novo governo terá em relação às pautas do movimento popular e sindical.

De todo modo, entendemos ser preciso e imediato que, além de revogar as reformas neoliberais dos governos Temer e Bolsonaro, o eventual governo Lula também assuma o compromisso de retomar e fortalecer as fiscalizações nos frigoríficos e se abstenha de medidas que tentem suprimir legislações positivas para a preservação da saúde do(a) trabalhador(a) como a NR 36. Tais medidas são de caráter urgente para que se combata estes territórios da degradação do trabalho que atingem a saúde dos(as) trabalhadores(as) de frigoríficos, tão impulsionados desde o golpe de 2016 através do programa neoliberal e dos ataques recentes em torno da reformulação da NR 36 pelo governo neofascista em aliança com

empresários do setor.

Para isso é preciso levar a cabo o programa antineoliberal após a provável vitória eleitoral das forças progressistas que se reúnem em torno da candidatura Lula. Na atual conjuntura brasileira de democracia ainda mais restringida pelo neofascismo, será preciso garantir que essa vitória nas urnas se consolide em outubro, mas que também se mantenha para a posse e manutenção de um novo governo. O movimento neofascista não será eliminado com a derrota eleitoral e as aspirações golpistas de fechamento do regime democrático não estão descartadas. O recente caso de golpe militar na Bolívia, após a vitória eleitoral de Evo Morales em 2019, é exemplo concreto de que um movimento golpista pode sofrer uma derrota eleitoral, mas avançar em suas intenções sem reconhecer esse pleito. As movimentações recentes de Bolsonaro e dos membros do movimento neofascista na sociedade civil, deslegitimando as urnas eletrônicas e o processo eleitoral, são demonstrativos de que estes setores estão dispostos a não reconhecer a provável derrota nas urnas e avançar em suas intenções golpistas.

Por isso, o movimento popular e sindical deve compreender a importância da unidade ampla em defesa da democracia e contra intenções golpistas do neofascismo, defendendo o processo eleitoral. Entretanto, nada disso deve fazer com que se renuncie à luta contra as reformas neoliberais e dos interesses históricos das classes trabalhadoras que os separam dos setores burgueses. Apostar na derrota eleitoral do neofascismo, e abrir nova conjuntura com Lula deve ser um fermento para as lutas populares e sindicais que deverão cobrar esse eventual novo governo para que avance em torno de medidas como a revogação das reformas neoliberais e, no caso específico do setor dos frigoríficos, da supressão de todas as iniciativas de revisão de legislações que estejam na contramão da defesa da saúde do(a) trabalhador(a). Só assim poderemos abrir nova situação política que garanta as conquistas já alcançadas e abra espaço para avanços ainda mais significativos para as classes trabalhadoras no Brasil.

Considerações finais

A compreensão da conjuntura política é uma tarefa necessária para o entendimento do avanço e recuo em projetos de lei e políticas públicas. Ao adotar o ponto de partida referenciado no marxismo-leninismo, o mais importante é observar como em determinada situação concreta a correlação de forças se movimenta e, sobretudo, quais são as possibilidades e limites que se abrem para as classes trabalhadoras. Em decorrência, uma consideração possível de aqui ser feita é o apontamento de que nestas duas primeiras décadas do século XXI abriu-se distintas situações políticas que se tornaram favoráveis e/ou desfavoráveis para as classes trabalhadoras no Brasil. Nos governos neodesenvolvimentistas liderados pelo PT, percebeu-se que os ganhos marginais para os(as) trabalhadores(as), permitiram a existência de ações sindicais mais propositivas com greves que pautavam o avanço nos direitos.

É nessa conjuntura que a NR dos frigoríficos foi aprovada a contragosto dos setores empresariais

que, durante o diálogo com as organizações dos(as) trabalhadores(as) para a sua implementação, tiveram de ceder, pois não queriam as mudanças propostas. A posição das empresas durante o debate da NR foi da negação de suas propostas iniciais às tentativas de tentar reduzir ao máximo a implantação de pausas de recuperação psicofisiológicas durante a jornada de trabalho, principal medida para a minimização dos agravos à saúde do(a) trabalhador(a) em frigoríficos. Já o movimento sindical fez jornadas de lutas, como a caravana pela aprovação da NR, e conseguiu obter conquistas parciais com a instauração das pausas. Portanto, essa luta resultou em conquista que visou minimizar os acidentes e doenças do trabalho nestes territórios da degradação do trabalho.

Entretanto, o golpe de 2016 modificou essa situação de ganhos marginais que as classes trabalhadoras obtiveram nos governos neodesenvolvimentistas. A nova conjuntura política que se abriu teve como um dos principais objetivos retomar a restauração neoliberal ortodoxa, avançando para desfigurar os direitos das classes trabalhadoras, bem como buscando sufocar financeiramente as instituições e organizações de classe, responsáveis pelas fiscalizações dos ambientes de trabalho. Assim, as lutas do movimento sindical ganharam cada vez mais um caráter defensivo, sem alcançar a conquista de mais direitos, algo que ficou bastante claro nas palavras de ordem muito veiculadas desde então "nenhum direito a menos".

É neste contexto que surgem as três propostas via medida provisória e projeto de lei que tentam a redução das pausas no setor de frigoríficos, primeiro veio a interpretação sobre as pausas de recuperação térmica e depois a tentativa de revisão da NR. Neste caso, diferente da conjuntura dos governos neodesenvolvimentistas, a revisão da NR proposta pelo governo Bolsonaro foi amplamente apoiada pelas empresas do setor. Entretanto, nossos resultados de pesquisa demonstram que os agravos à saúde do(a) trabalhador(a) ainda são uma realidade do setor, quando se observa que em 110 municípios no Brasil mais de 50% dos acidentes de trabalho registrados na realidade local são oriundos dos frigoríficos frente a todos os outros setores econômicos. Portanto, as iniciativas de revisão da NR que vão no sentido de desfigurar a sua medida mais importante, a instauração de pausas de recuperação psicofisiológica, contribuem no sentido de impulsionar os territórios da degradação do trabalho.

Assim, é preciso que se abra uma nova conjuntura política no Brasil em que, além da revogação das reformas neoliberais dos governos Temer e Bolsonaro, também se retome e fortaleça as fiscalizações nos frigoríficos, abstendo-se de medidas que tentem suprimir legislações positivas para a preservação da saúde do(a) trabalhador(a) como a NR 36. Só assim, será possível avançar para situação política mais favorável às classes trabalhadoras que possa permitir a construção de políticas públicas de seu interesse. É isso o que minimamente esperamos de um eventual governo Lula.

Além disso, é importante que o movimento sindical e popular pontue que a diminuição do ritmo de trabalho é um elemento central para a preservação da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras de frigoríficos, combatendo de fato os territórios da degradação do trabalho. Portanto, não basta a fundamental defesa da NR 36 e das pausas de recuperação psicofisiológica, torna-se elementar avançar na perspectiva da luta por uma organização e gestão do trabalho em compatibilidade com os limites biomecânicos

do corpo humano. Para que isso se efetive, a luta para derrotar o governo Bolsonaro nas eleições é só o primeiro passo, pois é preciso que se paute a necessidade do controle do processo de gestão, produção e organização do trabalho por parte dos trabalhadores e trabalhadoras. Essa é a luta política e histórica das classes trabalhadoras pela conquista do poder político e do fim da sociedade de classes, que vai muito além de abrir uma conjuntura política mais favorável.

Referências

ARUTO, P. C. **A formação socioespacial dependente a partir da superexploração da força de trabalho: uma abordagem metodológica**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p.134. 2015.

ABRAFRIGO: norma do ministério do trabalho pode inviabilizar setor. **Beefpoint** [online], 04 de outubro de 2011. Disponível em: <https://www.beefpoint.com.br/abrafrigo-norma-do-ministerio-do-trabalho-pode-inviabilizar-setor-75139/>. Acesso em: 05 set. 2022.

ALLIAGA, Márcia Kamei Lopez et al. Por que tantos acidentes de trabalho, adoecimentos e mortes em frigoríficos? **Le Monde Diplomatique Brasil** [online], Brasília, 02 de dezembro de 2021. Produção de Alimentos. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/por-que-tantos-acidentes-de-trabalho-adoecimentos-e-mortes-em-frigorificos/>. Acesso em: 05 set. 2022.

BOITO JUNIOR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo: Editora Unesp; Campinas: Editora Unicamp, 2018.

BRASIL FOODS é multada em quase R$ 5 milhões por descumprir decisão. **Portal.TRT12** [online], Santa Catarina, 12 de dezembro de 2011. Disponível em: <https://portal.trt12.jus.br/noticias/brasil-foods-e-multada-em-quase-r-5-milhoes-por-descumprir-decisao>. Acesso em: 05 set. 2022.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Usos e abusos da categoria território. **Revista da ANPEGE**, vol.17, n.32, p.7-21, 2021.

CORTE DRÁSTICO de verba faz fiscalização do trabalho escravo despencar no Governo Temer. **IHU Unisinos** [online], Rio Grande do Sul, 14 de outubro de 2017. Notícias. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/572656-corte-drastico-de-verba-faz-fiscalizacao-do-trabalho-escravo-despencar-no-governo-temer>. Acesso em 05 set. 2022.

CRUZ, M. C. O conceito de formação espacial: sua gênese e contribuição para a Geografia. **GEOgraphia**, v.5, n.9, p.67-83, 2003.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Balanço das greves** (banco de dados). São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/>. Acesso em: 05 set. 2022.

Brasil: indicadores socioeconômicos selecionados (séries históricas de 1995 a 2021). São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/sintesedeindicadores/2022/indicadoresSocioeconomicosoSeriesHistoricas.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

EM 2016, PIB chega a R$ 6,3 trilhões e cai 3,3% em volume. **Agência IBGE Notícias** [online], Brasília, 09 de novembro de 2018. Estatísticas Econômicas. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22936-em-2016-pib-chega-a-r-6-3-trilhoes-e-cai-3-3-em-volume>. Acesso em: 05 set. 2022.

FRIGORÍFICOS: debate expõe divergências sobre revisão de norma de segurança no trabalho. **Agência Senado** [online], Brasília, 16 de novembro de 2021. Comissões. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/16/frigorificos-debate-expoe-divergencias-sobre-revisao-de-norma-de-seguranca-no-trabalho>. Acesso em: 05 set. 2022.

GUIDO, Cauã. SIMÕES, Willian. Degradação do trabalho e agravos à saúde de jovens trabalhadores em frigoríficos de Chapecó-SC: primeiras aproximações. In: JORNADA DO TRABALHO, 20. 2019, Chapecó. **Anais Eletrônicos...** Chapecó: UFFS, 2020, p. 189-202.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e tática.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HECK, Fernando Mendonça. **No abate de frangos e suínos o descarte do trabalho**. Curitiba: Prismas, 2017.

HEROD, Andrew. **Labor Geographies: workers and the landscapes of capitalism**. New York: The Guilford Press, 2001.

IKEDA, Fernanda; RUIZ, Roberto Carlos. A normatização como um avanço nas lutas. In: IKEDA, Fernanda; RUIZ, Roberto Carlos (orgs.) Trabalhar e adoecer na agroindústria: da reabilitação profissional à construção da Norma Regulamentadora dos Frigoríficos (NR 36). Florianópolis: Insular, 2014. p.145-158.

MARQUES, Rui Amaro Gil. Caravana da NR dos frigoríficos chega ao fim de sua campanha pelo Paraná. **CUT** [online], Paraná, 17 de outubro de 2011. Notícias. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/caravana-da-nr-dos-frigorificos-chega-ao-final-de-sua-campanha-pelo-parana-0311>. Acesso em: 05 set. 2022.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. **Relação Anual de Informações Sociais** (banco de dados). Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/rais>. Acesso em: 05 set. 2022.

Norma regulamentadora nº36 – segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/relatorios-de-air-1/relatorio-air-nr-36.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

OBSERVATÓRIO DIGITAL DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO (MPT-OIT). 2020 (banco de dados). Brasília, 2020. Disponível em: <https://observatoriosst.mpt.mp.br/>. Acesso em: 05 set. 2022.

OLIVEIRA, Matheus Buttler. **Territórios da degradação sistêmica do trabalho: a multiescalaridade do adoecimento e fragilidade sindical dos bancários de Presidente Prudente-SP**. Monografia (Graduação em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, p.194. 2021.

PERPETUA, Guilherme Marini; HECK, Fernando Mendonça; THOMAZ JUNIOR, Antonio. Território, trabalho e saúde do trabalhador: uma aproximação necessária. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v.38, n.1, p.27-48, jan./abr. 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RESENDE, Thiago; BRANT, Danielle. Governo planeja cortar verba de fiscalização trabalhista em 63%. **Folha de São Paulo** [online], São Paulo, 21 de novembro de 2019. Mercado. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/verba-para-fiscalizacao-trabalhista-recua-63.shtml>. Acesso em: 05 set. 2022.

RUIZ, Roberto Carlos et al. **Em defesa da NR 36: valeu a pena?** In: RUIZ, Roberto Carlos et al. (orgs.) As pandemias dos frigoríficos. Porto Alegre: Gráfica Odisséia, 2022. p.93-112.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, junho 1977.

TIRLONI, Adriana et al., Association between perception of bodily discomfort and individual and work organisational factors in Brazilian slaughterhouse workers: a cross-sectional study. **BMJ Open**. 9, e022824, p.1-8, 2019.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos**. Tese (Livre-Docência em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, p.499. 2009.

Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. **Mercator**, vol. 16, p.1-20, 2017.

WALTER, Leandro Inácio. **A saúde por um fio:** submissão voluntária de afastados de frigoríficos de aves. Brasília: Abecer, 2012.

Notas

1 O artigo é parte dos resultados de pesquisa vinculados ao projeto universal intitulado "Cartografia da Sáude do(a) Trabalhador(a) em frigoríficos no Brasil" que conta com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

2 Professor do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Campus Tupã. Pesquisador da Rede CEGeT de Pesquisadores(as) e líder do grupo de pesquisa Centro de Estudos sobre Técnica, Trabalho e Natureza (CETTRAN). Email: fernando.heck@ifsp.edu.br.

3 Nos bancos de dados utilizamos as seguintes CNAES para caracterizar o setor de frigoríficos: 1) 1012-1 - Abate de suínos, aves e outros pequenos animais; 2) 1013-0/01 - Fabricação de produtos de carne; 3) 1011-2 - Abate de reses exceto suínos.

4 Aqui referenciamo-nos no conceito de classe trabalhadora ampliada de Thomaz Junior (2009), bem como concordamos com as críticas do autor às teses que decretaram o fim da sociedade do trabalho como eixo central das lutas políticas, econômicas, sociais e ideológicas. Compreendemos que as classes trabalhadoras reúnem um universo amplo de inserções laborais como o trabalho flexível e suas formas disfarçadas de assalariamento, o trabalho familiar camponês, os binômios do trabalho material/imaterial, produtivo/reprodutivo que habitam crescentemente o precário mundo do trabalho da contemporaneidade, o proletariado de serviços e o clássico industrial/fabril. Entendemos que essa formulação não

tem o intuito de negar os protagonismos teórico, político e social do proletariado, tampouco defender sua renúncia e, em decorrência, minimizar o sindicalismo e o movimento operário como um todo. Muito menos distorcer ou deformar o marxismo como referencial teórico-político-científico. Trata-se de visibilizar que o trabalho e a classe trabalhadora vêm sendo redefinidos, às custas do processo social de intensa precarização.

5 Burguesia interna não é o mesmo que a velha burguesia nacional, aquela que os partidos comunistas do século XX, ligados à Terceira Internacional, acreditavam que poderia formar uma frente anti-imperialista com a classe operária (BOITO JUNIOR, 2018). O conceito de burguesia interna procura apontar para a importância de observar as frações de classe burguesas, sem homogeneizá-las como se fossem um bloco monolítico e sem disputas intraburguesas. Mais do que isso, é uma chave para compreender a formação da frente política neodesenvolvimentista dirigida por ela e encabeçada pelo seu braço político: o Partido dos Trabalhadores (PT). A burguesia interna é "[...] uma fração burguesa que, embora dependente tecnológica e financeiramente do imperialismo, entretém com ele relações complexas de unidade, que é o aspecto principal dessa relação, e de conflito, que é o seu aspecto secundário." (BOITO JUNIOR, 2018, p.303). Isto é, a burguesia interna possui diferenças pontuais com o programa neoliberal ortodoxo da burguesia associada ao imperialismo, como, por exemplo, no tema da abertura comercial e na internacionalização da economia. No entanto, isso não significa considerá-la uma burguesia nacional com projeto de nação e anti-imperialista, nem tampouco equipará-la com a burguesia associada, como se não houvesse distinções entre seus interesses.

6 Os municípios são: Belmonte (SC), Entre Rios (SC), Santa Tereza (RS), Mairipotaba (GO), Tracunhaém (PE) e Puxinanã (PB).